

14/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: RONALDO RODRIGUES
ADV.(A/S)	: FERNANDO THOMPSON BANDEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

COMPETÊNCIA – JUSTIÇA FEDERAL *VERSUS* JUSTIÇA ESTADUAL – CONTINÊNCIA E CONEXÃO – PREVALÊNCIA DA PRIMEIRA. Uma vez verificada a continência e a conexão, presente processo-crime plúrimo, impõe-se concluir pela competência da Justiça Federal.

DENÚNCIA – INÉPCIA – INEXISTÊNCIA. Constando da denúncia articulação de fatos a revelarem ilícito penal, ficando viabilizada a defesa, descabe proclamar o defeito da peça.

SIGILO – INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – ABRANGÊNCIA. Versando o ato de interceptação telefônica abrangência a alcançar linha e rádio, tendo sido emanado do Supremo, que o placitou, descabe cogitar de limitação.

SIGILO – INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – ATO – FUNDAMENTAÇÃO – ALCANCE. Tem-se como impróprio reexaminar, em órgão fracionário do Supremo, matéria já decidida pelo Plenário, relativamente aos fundamentos do ato de interceptação e à duração do período de afastamento do sigilo.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por

RHC 106815 / RJ

unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 14 de abril de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

24/02/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O ilustre Advogado vai me permitir a interrupção.

É que houve precipitação do Gabinete na liberação deste processo para a pauta. Deveria ter retornado a mim, na residência, e não retornou, tanto que não há o visto na papeteleta interna de andamento. Por isso, interrompo. Não estarei em condições de votar quanto à matéria de fundo. Peço desculpas ao Advogado pelo deslocamento do Rio de Janeiro a Brasília.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE) – Vossa Excelência vai indicar adiamento então?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Sim, apenas para não tomar mais tempo, fica indicado o adiamento. Não sei como a Presidente fará: colocado o processo em mesa, terá o Advogado o direito à sustentação?

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE) – Fazer o registro de que nós vamos devolver a possibilidade da sustentação oral, até porque foram seis minutos só; no mínimo, teria nove ainda para falar, mas vamos assegurar o tempo integral.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – É a sobrecarga, Presidente, a avalanche e, por um descuido, o Gabinete liberou para a pauta quando não deveria ter liberado.

O SENHOR FERNANDO THOMPSON BANDEIRA (ADVOGADO) - Senhora Presidente, só um esclarecimento. Fica adiado para a próxima sessão ou aguardando pauta?

RHC 106815 / RJ

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Sim, será avisado quanto à liberação, como sempre faço, independentemente de requerimento.

O SENHOR FERNANDO THOMPSON BANDEIRA (ADVOGADO)
- Está Ok. Muito obrigado.

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE) – Tão logo liberado, ele recebe a comunicação.

O SENHOR FERNANDO THOMPSON BANDEIRA (ADVOGADO)
- Boa-tarde.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : RONALDO RODRIGUES

ADV.(A/S) : FERNANDO THOMPSON BANDEIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por indicação do Relator, adiou o julgamento do processo. Será assegurada a possibilidade de sustentação oral quando do prosseguimento do feito. Registrada a presença do Dr. Fernando Thompson Bandeira, advogado do Recorrente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Dias Toffoli e Roberto Barroso. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 24.2.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio e Luiz Fux. Ausentes, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em razão de visita institucional à Suécia e, justificadamente, o Senhor Ministro Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma

14/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: RONALDO RODRIGUES
ADV.(A/S)	: FERNANDO THOMPSON BANDEIRA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pelo assessor Dr. Roberto Lisandro Leão:

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao indeferir a ordem, no *Habeas Corpus* nº 96.476/RJ, consignou incumbirem à Justiça Federal o processamento e o julgamento de crimes conexos com delitos de competência da Justiça Estadual. Fez ver que a narração, na denúncia, das condutas atribuídas ao paciente atende aos requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, sendo suficiente à deflagração da ação penal e ao pleno exercício da defesa. Assentou a incompetência para apreciar a alegação de ausência de fundamentação de decisão proferida por Ministro do Supremo. Concluiu que as chamadas via rádio são do mesmo aparelho da linha telefônica interceptada.

No recurso ordinário, o recorrente diz da incompetência da Justiça Federal, porquanto a si são imputados apenas os crimes de corrupção passiva e violação de sigilo profissional, cujo julgamento cabe à Justiça Estadual. Sustenta a inépcia da denúncia, porque apontada a prática dos crimes de quadrilha, facilitação ao descaminho, corrupção passiva e violação de sigilo funcional, sem que tenha havido qualquer individualização de condutas cometidas pelo paciente que se

RHC 106815 / RJ

subsumam àqueles tipos penais. Cita jurisprudência do Supremo no sentido de mostrar-se necessária a descrição do ato tido como delituoso, sob pena de impedir-se o exercício da ampla defesa.

Argui a falta de justa causa para a ação penal, ante o fato de a denúncia ter sido oferecida com base em interceptação telefônica, sem nenhuma outra fonte probatória, consubstanciada apenas em um relatório policial, em que lançados trechos de conversas ocorridas por meio de telefone e rádio. Assinala não ter havido autorização judicial para a captação de ligações do paciente, sendo-lhe atribuídos apenas três diálogos com um dos corréus, em relação a quem a escuta foi autorizada judicialmente.

Diz do excesso de prazo nas interceptações telefônicas, que perduraram por mais de cem dias – período de 30 de agosto de 2006 a 15 de dezembro de 2006 –, ultrapassando o limite de quinze dias previsto em lei, sendo caso de nulidade da prova.

Articula com a insubsistência da interceptação das comunicações via rádio, oriundas do mesmo aparelho celular, enfatizando a necessidade de encaminhar-se autorização judicial à operadora responsável pela linha. Consoante destaca, apesar de haver duas linhas habilitadas em um único aparelho, são dois sistemas de comunicação absolutamente diferentes, existindo autorização judicial somente quanto a uma delas, a tornar ilegal a prova produzida. Ressalta que todas as ligações interceptadas foram originadas do sistema via rádio, para as quais não se tinha autorização judicial.

Por fim, afirma a insubsistência da fundamentação da decisão que implicou o deferimento da interceptação telefônica, por ser genérica e servir a motivar a escuta de qualquer envolvido.

RHC 106815 / RJ

Requer a reforma do acórdão recorrido, para determinar-se o trancamento da Ação Penal nº 2007.51.01.804865-5, em curso na 6ª Vara Federal Criminal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso. Aduz que o recorrente não inova nos argumentos, apenas reitera aqueles já analisados e rechaçados pela manifestação apresentada anteriormente. Assevera o descabimento do pleito de trancamento da ação penal, ante a farta comprovação de justa causa para a sequência do processo. Salienta não caber, em *habeas corpus*, a discussão da valoração das provas.

Mediante as Petições/STF nº 52.712/2013, 13.161/2014 e 44.431/2014, à folha 1.261 à 1272, o recorrente busca a inclusão do recurso em pauta e, sucessivamente, o deferimento de liminar incidental para determinar a suspensão da Ação Penal nº 2007.51.01.804865-5.

O processo encontra-se aparelhado para apreciação de mérito.

É o relatório.

14/04/2015**PRIMEIRA TURMA****RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Na interposição deste recurso, atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por profissional da advocacia credenciado, foi protocolada dentro do prazo legal. A notícia do acórdão veio a ser veiculada no Diário da Justiça de 13 de setembro de 2010, ocorrendo a manifestação do inconformismo em 19 (domingo) próximo.

Analiso os temas lançados nas razões do recurso ordinário.

a) Da incompetência da Justiça Federal

Notem que o processo-crime em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro, mais precisamente na 6ª Vara Federal Criminal, teve origem na denominada Operação Furacão. Presente o Inquérito Policial nº 2424-4/140, houve a declinação da competência pelo Supremo. Em síntese, o pano de fundo seria ajuste criminoso para a exploração da atividade de jogo ilegal – vídeo, bingo e caça-níquel. A denúncia formalizada envolveu 36 cidadãos. No tocante aos policiais civis e federais, apontou-se a cobertura para a atividade ilícita. Teriam recebido vantagem indevida de forma reiterada e revelado fatos sigilosos dos quais tiveram ciência em razão do ofício, causando danos à Administração Pública, mediante ações e omissões considerados os cargos ocupados. O recorrente veio a ser denunciado pelos crimes dos artigos 317 – corrupção passiva – e 325 – violação de sigilo funcional – do Código Penal.

Não bastasse a organicidade do Direito – e toda interpretação, no campo quer instrumental, quer substancial, deve observá-la –, tem-se como evidentes a conexão e a continência. A interligação dos fatos imputados aos diversos acusados é de clareza solar, atraindo as normas do Código de Processo Penal que preveem, em tal situação, a

RHC 106815 / RJ

competência da jurisdição especial, no caso, a federal. O inconformismo do recorrente improcede no que sustenta a competência da Justiça Comum.

b) Da inépcia da denúncia

É costume proclamar que as denúncias ofertadas pelo Ministério Público Federal extravasam os limites de abordagem dos dados comumente observados pela Justiça Comum. São retratadas em relatos longos, nos quais há detalhamento maior dos fatos envolvidos. Isso ocorreu no presente caso, valendo notar que a primeira denúncia foi declarada insubsistente, vindo à balha peça aperfeiçoada.

No item XIII da peça, subtítulo “Eventos relacionados ao denunciado Ronaldo Rodrigues”, apontou-se que se teria levantado o recebimento de valores, a existência de vantagem indevida visando ação ou omissão no tocante a atos praticados pelos integrantes do grupo criminoso. Houve a narração dos fatos ligados à cooptação verificada, dizendo-se da passagem de informações. Como, então, lançar a inexistência de abordagem de elementos a consubstanciar os tipos penais? O que contido na denúncia mostrou-se suficiente a viabilizar a defesa.

c) Da interceptação de ligações telefônicas e de rádio

A denúncia encontra-se alicerçada em interceptação de conversas telefônicas e de rádio. Conforme fez ver a proficiente juíza Ana Paula Vieira de Carvalho em decisão proferida, o ato, emanado do Supremo, alusivo à interceptação das ligações telefônicas revelou-se abrangente, alcançando, de forma expressa, a comunicação à concessionária Nextel quanto ao afastamento do sigilo das comunicações dos terminais especificados. Daí a impossibilidade de agasalhar a pretendida distinção entre telefone e rádio, no que este último também foi alcançado pela determinação do ministro Cezar Peluso.

RHC 106815 / RJ

Também não deve ser agasalhado o que consignado no tocante ao extravasamento do prazo de interceptação telefônica, o qual, segundo a lei de regência, é de quinze dias, prorrogável por idêntico período. O tema foi objeto de decisão pelo Supremo, oportunidade na qual fiquei vencido. Entendeu-se que não haveria como degravar as fitas alusivas à interceptação, presente o número de linhas e o tempo de duração. Da mesma forma, não se tem como articular, a esta altura, no que o Plenário placitou as interceptações, o que apontado sobre a ausência do ato que as implicou.

Ante o contexto, desprovejo o recurso interposto.

14/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)

- Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de exaltar a impecável sustentação do eminente advogado, Doutor Fernando Thompson Bandeira, que explorou, com grande proficiência os argumentos disponíveis.

Penso, no entanto, que as teses sustentadas - embora eu tenha dito e reiterado que a questão da interceptação telefônica é um tema que precisa ser rearrumado, sobretudo nas suas sucessivas prorrogações, e já há uma repercussão geral afetada ao Plenário para que nós possamos refletir sobre este assunto - aqui, neste caso específico, eu verifico a dificuldade pela jurisprudência tradicional desta Turma, do rigor que nós aplicamos, para fins de trancamento de ação penal, que é a hipótese aqui. Portanto, não estamos julgando o mérito, mas estaríamos decretando a impossibilidade de se produzirem as provas e de se fazer um julgamento justo.

De modo que, por essas razões, estou acompanhando integralmente o eminente Relator.

###

14/04/2015

PRIMEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815 RIO DE JANEIRO

VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER (PRESIDENTE) – Eu, da mesma forma, também louvando a sustentação oral e lembrando que o trancamento de ação penal na via do *habeas corpus* é uma situação excepcionalíssima, subscrevo os fundamentos do eminente Relator e nego provimento ao recurso.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 106.815

PROCED. : RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECTE.(S) : RONALDO RODRIGUES

ADV.(A/S) : FERNANDO THOMPSON BANDEIRA E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: A Turma, por indicação do Relator, adiou o julgamento do processo. Será assegurada a possibilidade de sustentação oral quando do prosseguimento do feito. Registrada a presença do Dr. Fernando Thompson Bandeira, advogado do Recorrente. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Dias Toffoli e Roberto Barroso. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 24.2.2015.

Decisão: A Turma negou provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falaram: o Dr. Fernando Thompson Bandeira, pelo Recorrente, e a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 14.4.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Roberto Barroso.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma